

QUEBRANDO O SILÊNCIO: CONSTRUINDO UM MUNDO SEM VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA ESCOLA

Fabiana Gomes Marinho Valença¹
Omar Rangel Cortas²
Renata Gonçalves Muniz³
Andrea Alves Santos de Souza⁴
Carlas Renata Prissila Costa Ferreira⁵

RESUMO

A pesquisa sobre a violência contra a mulher no ambiente escolar, realizada em Paulista-PE, adotou uma abordagem interdisciplinar inspirada nos trabalhos de Zabala (1998, 2002). Para tanto, o objetivo deste estudo foi identificar a percepção dos estudantes de ensino médio de uma escola técnica estadual na vivência da trilha Consumo na medida do Itinerário formativo Soluções ótimas de modo interdisciplinar e transversal. Para isso, foi utilizada uma pesquisa-ação e análise qualitativa com 62/514 estudantes, no segundo semestre de 2023. Os dados sociodemográficos e relatos de estudantes revelaram a complexidade do problema, evidenciando a necessidade de uma compreensão multifacetada. A partir da integração de conhecimentos da interdisciplinaridade (matemática, biologia, física, sociologia, história e português) foi possível identificar os fatores sociais, culturais e psicológicos que contribuem para a ocorrência da violência, bem como os impactos dessa prática na vida dos estudantes. A pesquisa demonstra a importância de promover uma educação que valorize a construção do conhecimento de forma significativa e contextualizada. Os resultados obtidos apontam para a necessidade de ações mais efetivas de prevenção e combate à violência escolar, que contemplem a promoção de um clima escolar mais seguro e acolhedor, a capacitação de professores e funcionários para lidar com situações de violência, e a implementação de políticas públicas que promovam a igualdade de gênero e o respeito aos direitos humanos.

Palavras-chave: violência escolar, pesquisa socioeconômica, adolescentes, fatores de risco, prevenção.

INTRODUÇÃO

De acordo com a 10ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, realizada pelo DataSenado (2023), que faz parte da mais longa série de pesquisas de opinião sobre o tema no Brasil, três em cada dez mulheres já foram vítimas de violência

¹ Graduando do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, fabianagmv@gmail.com;

² Graduado pelo Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Integrada Campo Grandense (FEUC), BR, prof.mat.omar@gmail.com;

³ Graduada em Licenciatura em Língua Portuguesa na Universidade Federal de Pernambuco - , renatagoncalves@gmail.com;

⁴ Graduada em Ciências com Habilitação em Matemática da FUNESO - , asantoss@yahoo.com.br

⁵ Doutora em Tecnologias Energéticas e Nucleares a Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, carlas.ferreira@upe.com

doméstica provocada por homens. Entre janeiro e maio de 2024, quase 150 mulheres foram vítimas de violência doméstica por dia em Pernambuco. Isso equivale a uma vítima a cada 10 minutos (SDS-PE, 2024). São contabilizados casos de morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, além de danos moral e patrimonial.

A lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) foi uma das três maiores legislações do mundo no enfrentamento da violência contra a mulher reconhecida pela ONU. Bem como, a Lei do Feminicídio, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 2015, colocou a morte de mulheres no rol de crimes hediondos e diminuiu a tolerância nesses casos e o Decreto nº 7.393/2010. Todavia, poucos estudos investigaram os fatores associados a esse tipo de violência no país (D'OLIVEIRA et al., 2009; VIEIRA et al., 2011). O conhecimento desses fatores pode ser útil para subsidiar políticas e programas voltados para o seu enfrentamento.

A violência contra a mulher é um problema social complexo que exige uma análise multifacetada. A presente pesquisa, realizada no ensino médio, busca contribuir para a compreensão desse fenômeno, adotando uma perspectiva interdisciplinar inspirada nos trabalhos de Zabala (1998, 2002). Na perspectiva de Antoni Zabala (1998, 2002), a transversalidade pode enriquecer significativamente a discussão sobre a inclusão da temática da violência contra a mulher nas trilhas de aprendizagem. Zabala (1998, 2002) defende que os temas transversais devem ser trabalhados de forma integrada ao currículo, promovendo a interdisciplinaridade e a construção de conhecimentos significativos. Ao analisar o fenômeno da violência, recorreremos a diferentes áreas do saber: a sociologia contribui para a compreensão das causas sociais e culturais da violência, a psicologia aprofunda a análise dos impactos psicológicos nas vítimas, a história revela a trajetória histórica da violência contra a mulher e o direito apresenta as ferramentas legais para combater esse crime.

Essa abordagem interdisciplinar permite uma visão mais completa e complexa do problema, possibilitando a elaboração de propostas de intervenção mais eficazes. A pesquisa demonstra a relevância de promover uma educação que valorize a interconexão dos conhecimentos, preparando os estudantes para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais complexo e interdependente.

Um dos maiores desafios de sensibilização e enfrentamento aos crimes cometidos contra as mulheres, no Brasil, incide na carência de informações estatísticas oficiais sobre a problemática, que limita as ações dos órgãos de atendimento e a

materialização de pesquisas para a compreensão do fenômeno (OKABE; FONSECA, 2009; PRÁ, 2010).

Em meio à problemática abordada, o novo ensino médio oferece, através dos itinerários formativos (conjunto de unidades curriculares desenvolvidas pelas instituições e redes de ensino possibilitando ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos e/ou mercado de trabalho, de forma a contribuir para a construção de soluções de problemas específicos da sociedade) a possibilidade interdisciplinar para abordar dentro das escolas, os fatores e questionamentos necessários para identificar a percepção dos alunos quanto a violência contra a mulher.

Assim, este artigo busca identificar a percepção dos estudantes do ensino médio técnico quanto a violência contra mulher na escola na relação de um ambiente rico para investigação científica, obtido em sala de aula com os itinerários formativos e trilhas ao entendimento e a sensibilização para o enfrentamento da violência contra mulher. A aplicação desse estudo ocorreu com estudantes do Ensino Médio Técnico no município de Paulista - PE durante a vivência dos itinerários/trilhas.

METODOLOGIA

Este estudo foi baseado em duas etapas: pesquisa-ação (THIOLLENT, 1997), para caracterização do perfil sócio demográfico dos entrevistados. Um dos grandes desafios nas ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres é a visibilidade do fenômeno, por isso é essencial disseminar a informação para prevenir e sensibilizar que a violência, alicerçada em profundas desigualdades de gênero. Esta pesquisa abordou a violência contra mulheres, tendo como referência e público alvo estudantes do ensino médio de uma Escola Técnica Estadual no município de Paulista (62/514 estudantes participaram de modo voluntário) no 2º semestre de 2023.

O procedimento metodológico deste artigo baseou-se numa revisão bibliográfica e em uma proposta de situação didática sob olhar de Zabala (1998, 2002), que identificou a percepção do estudante quanto a temática através da vivência da coleta de dados. Foi proposta a situação didática aos estudantes de ensino médio, e realizado estudo bibliográfico para elaboração e aplicação dos questionários pelo Google Forms, e a análise das informações a partir com base objeto de estudo estatística descritiva aplicada (estudo de frequência e amplitude), aos conteúdos proposto na trilha “Soluções

ótimas” da unidade curricular de “Consumo na Medida” quanto o tema Violência contra mulher na escola. Assim, o estudo ancorou-se numa abordagem quantitativa e qualitativa, com a qual objetivamos identificar a percepção dos entrevistados quanto à violência contra mulher e as tendências observáveis do perfil estudantes entrevistados (MINAYO; SANCHES, 1993).

Esta proposta de situação didática teve por base teórica em Zabala (1998, 2002) oferece um sólido fundamento para a construção de sequências didáticas eficazes. No entanto, a educação está em constante evolução, e novas perspectivas e ferramentas têm surgido para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem.

Competências do século XXI: A educação deve preparar os alunos para o futuro, desenvolvendo habilidades como comunicação, colaboração, pensamento crítico e criativo, resolução de problemas e tomada de decisão. Diversidade e inclusão: As sequências didáticas devem ser inclusivas, considerando as diferentes necessidades e realidades dos alunos.

Elementos desta sequência didática com base em Zabala (1998): Diagnóstico: Identificar os conhecimentos prévios dos alunos e suas necessidades de aprendizagem quanto estatística aplicada ao estudo da violência contra mulher. Objetivos de aprendizagem: Definir os objetivos: identificar a percepção dos estudantes do ensino médio técnico quanto a violência contra mulher na escola com uso da estatística aplicada, no itinerário formativo Soluções Ótimas/ medida no consumo, de forma clara e concisa, alinhados com as competências a serem desenvolvidas. Conteúdo: estudo da estatística aplicada para os estudantes, buscando a interdisciplinaridade (português, matemática, psicologia, direito, biologia, sociologia...). A situação didática proposta para o aprendizado da estatística aplicada está baseada em: utilização de uma variedade de metodologias ativas e colaborativas, como projeto e o Google Forms. Recursos: Artigos científicos, livros, softwares educativos, gráficos. Avaliação: Utilizar diferentes instrumentos de avaliação para acompanhar o progresso dos alunos e fornecer feedback.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo o Senado (2023) o levantamento aponta que três em cada dez brasileiras já sofreram violência doméstica provocada por homens, sendo a renda um fator que determina a chance desses episódios. A pesquisa apontou que a violência psicológica é a mais recorrente (89%), seguida pela moral (77%), pela física (76%), pela

patrimonial (34%) e pela sexual (25%). Cerca de metade das agredidas (52%) sofreram violência praticada pelo marido ou companheiro, e (15%), pelo ex-marido, ex-namorado ou ex-companheiro. A maior parte das vítimas terminou casamentos abusivos ou namoros violentos.

Um levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa DataSenado (2024), divulgado no mês de fevereiro, apontou que Pernambuco é o décimo estado no ranking de uma pesquisa que entrevistou mulheres que declararam já ter sofrido algum tipo de violência doméstica ou familiar provocada por homens, no qual 30% das mulheres entrevistadas declarou já ter sido vítima desse tipo de crime. O estado que lidera o ranking é o Amazonas, com 38%. No mesmo levantamento, foi apontado que cerca de metade das moradoras dos estados da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro acreditam que as mulheres não são tratadas com respeito no Brasil (53%, 53% e 55%, respectivamente).

Segundo a pasta, nos cinco primeiros meses de 2024, o estado registrou 22.649 ocorrências de violência doméstica, o que corresponde a uma média de 4.493 casos por mês e 149 ocorrências por dia (Diário de Pernambuco, 2024). Segundo dados da Secretaria Executiva da Vigilância em Saúde a Atenção Primária (SEVSAP/CIEVS/PE), de janeiro de 2023 a abril de 2024 foram registradas 2.003 notificações de violência sexual, com incidência maior em crianças e adolescentes da cor parda, do gênero feminino, e na faixa etária de 0 a 19 anos.

Além disso, dados do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência/Conselho Tutelar (SIPIA-CT), de 2020 a 15 de maio de 2024, mostra que foram registrados 2.797 casos de violência física, psicológica, abuso sexual, com maior incidência em crianças e adolescentes, do gênero feminino, na cor parda e na faixa etária de 02 a 17 anos. Já o “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023” revela que 8 em cada 10 pessoas vítimas de agressão sexual são menores de idade.

A violência é a violação dos direitos humanos que afeta milhares de mulheres de todas as idades, de variadas classes sociais, de diferentes regiões, grupos étnico-raciais, graus de escolaridade e religião em todo o mundo. Segundo o artigo 7º da referida Lei Maria da Penha, existem cinco formas de Agressão: 1. A violência psicológica que causa dano emocional, diminui a autoestima, prejudica e perturba o pleno desenvolvimento pessoal, degrada ou controla comportamentos, ações, crenças e decisões mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação e isolamento, tirando a liberdade de pensamento ou ação; 2. A violência física ofendendo a integridade ou a saúde corporal (bater, chutar, queimar, cortar e mutilar); 3. A violência

moral, ofendendo com calúnias, insultos ou difamação, lançar opiniões contra a reputação moral; 4. A violência patrimonial que retém subtrair, destruir parcial ou totalmente objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos; e 5. A violência sexual que se manifesta quando na obrigação de manter, ou obrigar a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coerção ou uso da força que induza a mulher a comercializar ou a utilizar de qualquer modo, a sua sexualidade.

Diferentes autores destacaram que a interpretação da organização social sobre as diferenças percebidas entre os sexos e a construção e a distribuição de relações de poder embutidas nessa lógica subsidiam os processos de opressão das mulheres em diferentes esferas (RABAY; CARVALHO, 2011), por exemplo, na escola. As desigualdades de gênero estão entrelaçadas e imbricadas por outras duas contradições básicas estruturantes de desigualdades sociais: a raça/etnia e a classe social, que se mesclam, cruzam-se e potencializam a configuração da violência (CORTEZ, 2012). A questão da orientação sexual, também constitui um marcador social que se entrelaça na construção das desigualdades sociais, aumentando a vulnerabilidade de mulheres lésbicas (SOARES, SARDEMBERG, 2012). Para minimização desses impactos de violência e vulnerabilidade no indivíduo, é necessária a intervenção política - educacional de conscientização dos impactos negativos na vida da vítima que sofre qualquer tipo de agregação.

Segundo a Base Nacional comum curricular - BNCC (2018) os itinerários Formativos são grandes áreas do conhecimento nas quais os estudantes podem se aprofundar, com objetivo de permitir que os alunos escolham um caminho de estudo que mais se adeque às suas futuras profissões ou áreas de interesse. Para formar cidadãos críticos e capazes de compreender o mundo e sua atuação nele, é fundamental superar a fragmentação do conhecimento, tradicionalmente dividido em disciplinas estanques. É nesse contexto que a interdisciplinaridade, os temas transversais e os itinerários formativos se tornam conceitos complementares.

Já os temas transversais são aqueles que permeiam todas as disciplinas e contribuem para a formação integral do aluno. Exemplos incluem cidadania, educação ambiental, educação para a saúde, educação para o consumo etc. A interdisciplinaridade é uma ferramenta fundamental para a abordagem efetiva dos temas transversais, pois permite que sejam explorados de forma transversal e profunda, ultrapassando os limites

de uma disciplina específica e beneficiando, assim, os itinerários formativos, haja vista a interdisciplinaridade nos assuntos aprofundados pelos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados revela uma complexa interação entre fatores sociais, psicológicos e culturais que contribuem para a ocorrência de violência contra mulher na escola. Essa perspectiva interdisciplinar, alinhada com a proposta de Zabala (1998), permitiu compreender que a violência não é um fenômeno isolado, mas sim resultado de múltiplas determinações sociais.

No período de setembro a novembro de 2023 os dados sociodemográficos destacaram que os 62 estudantes se autodeclaravam: 51,6% e 46,8% do sexo masculino e feminino, respectivamente; 91,9% tem a faixa etária de 15 a 17 anos, e os demais 18 a 20 anos. A distribuição de gênero é relativamente equilibrada, o que sugere que a violência escolar pode afetar tanto meninos quanto meninas de forma similar nesse grupo. A maioria dos estudantes está na faixa etária de 15 a 17 anos, um período crucial da adolescência, marcado por transformações físicas, emocionais e sociais, o que pode aumentar a vulnerabilidade a situações de conflito.

Os entrevistados foram identificados 37,1 % e 19,4 % de cor parda e negra, respectivamente; e, 40,3% brancos. A pesquisa indica uma diversidade racial, com uma representatividade significativa de estudantes pardos e negros. É importante considerar que grupos minoritários podem estar mais expostos a situações de discriminação e violência, tanto dentro quanto fora da escola. E a maioria dos estudantes possui renda familiar baixa ou moderada, o que pode influenciar o acesso a recursos e oportunidades, aumentando o estresse e a vulnerabilidade, pois se observou que 62,9% (dos 62 entrevistados) residiam com 3 a 4 pessoas; e 25,8% com 5 a 6 pessoas na mesma casa, e acima de 6 pessoas 3,2%. Sendo a renda familiar de aproximadamente 41,9% menos de um salário mínimo, e 43,5% de 2 a 3 salários mínimos, e 12,9% de 4 a 5 salários mínimos.

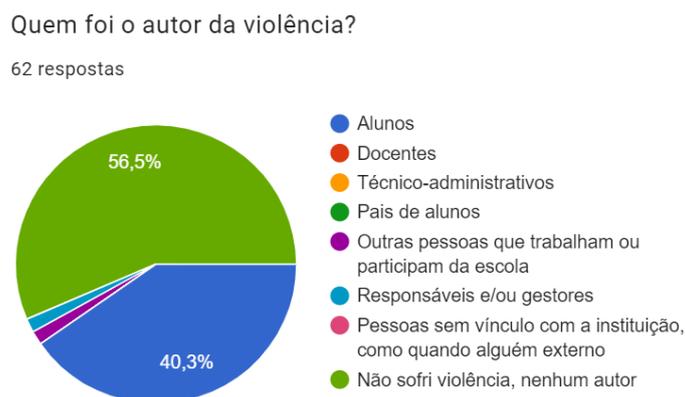
A Figura 1 mostra dados do questionamento sobre o estudante já ter sido vítima de violência na escola. Dentre os dados, observou-se que 33,9% sofreram violência na escola e na sala de aula, seguidos de quadras (11,3%) e pátio (11,3%), corredores (12,9%) e ambiente virtual 8% (Cyberbullying). Outros estudantes entrevistados: ~5% destacaram que sofreram violência contra mulher no deslocamento e entorno escolar,

em passeios escolares (2%), piscina (4,8%) e banheiros (4,8%). Na Figura 2 apresenta-se que mais de 50% dos autores de violência contra mulher na escola foram os pais dos alunos, e 40,3% foram os alunos os autores.

Figura 1. Percentual de estudantes em relação ao local na escola que sofreu violência contra mulher, na ETE em Paulista-PE, de Setembro a novembro de 2023.



Figura 2. Percentual de autores de violência contra mulher na escola na ETE em Paulista-PE, de Setembro a novembro de 2023.



As possíveis relações com a violência escolar podem ser relacionadas aos fatores socioeconômicos e de idade: a baixa renda familiar, a desigualdade social e a falta de oportunidades. Para Valente et al. (2015), o impacto da violência reflete diretamente nos atendimentos dos serviços de saúde em decorrência dos danos físicos e mentais, no índice de mortalidade deste grupo etário relacionados aos homicídios e principalmente à propagação dos atos violentos que geralmente se iniciam nesse período e perduram até a vida adulta. Refletir sobre a sexualidade na adolescência é também pensar sobre seus riscos e se esses adolescentes tiveram ensinamentos necessários acerca desse tema, tendo em vista que o início da vida sexual na adolescência é uma etapa importante de amadurecimento pessoal nesta fase de transição (PENA et. al, 2016).

A Figura 3 mostra que 95,2% dos estudantes entrevistados conhecem a Lei Maria da Penha. Entretanto, foi também perguntado no questionário qual a percepção deles quanto a Lei Maria da Penha se modifica alguma coisa em relação aos agressores e seus comportamentos, e ~31% mostraram que não acreditavam na eficiência da lei. Na percepção dos estudantes entrevistados os grupos de maior vulnerabilidade quanto a violência são as mulheres, negros, LGBTQIA+ com percentuais em ~50% ou mais para cada um. Já pessoas que seguem religiões afro (28%), indígenas (28%), jovens (32%), idosos (~24%) e cristão (~26%), conforme a figura 4. Na figura 5 apresenta o 43,2% dos estudantes sofreram violência psicológica na escola e 29% violência física. Vale destacar que deste público entrevistado 62 entrevistados 46% também afirmou que nunca sofreu violência.

Figura 3. Percentual de estudantes que conhecem a Lei Maria da penha e seus direitos na ETE em Paulista-PE, de Setembro a novembro de 2023.

Você conhece a lei Maria da Penha e seus direitos ?

62 respostas

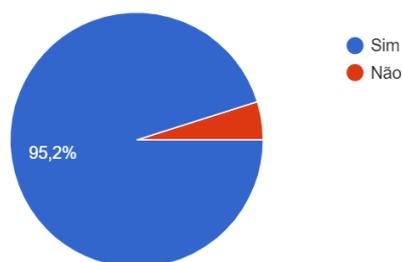


Figura 4. Percepção de estudantes quanto os grupos de maior vulnerabilidade na ETE em Paulista-PE, de Setembro a novembro de 2023.

Na sua percepção, considerando que: "A maior vulnerabilidade de certos indivíduos e grupos à violência é um retrato das desigualdades e dos sistemas de opressão existentes na sociedade"

Você percebe que o(s) grupo(s) que são de maior vulnerabilidade é(são):

62 respostas

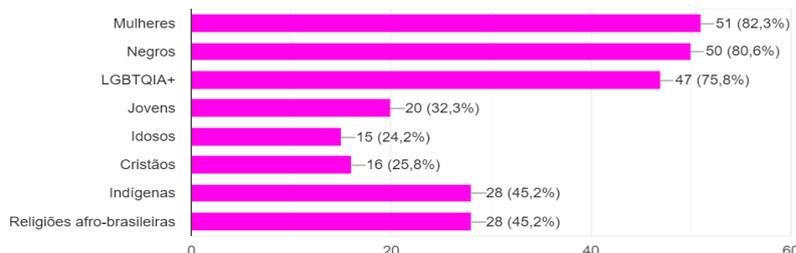
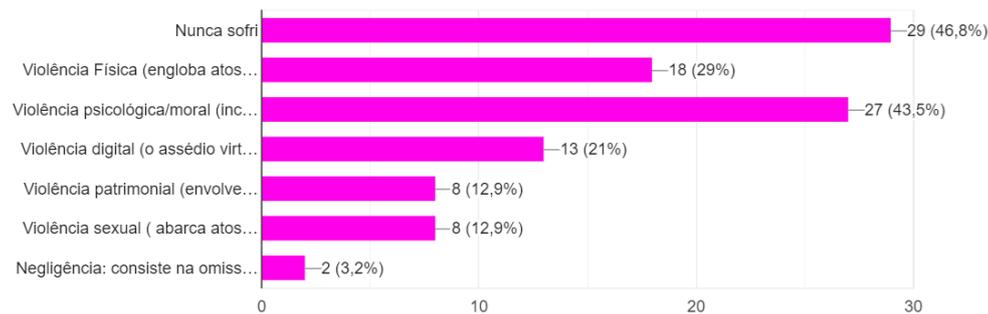


Figura 5. Percentual de estudantes quanto se sofreu ou não violência, e se sim, qual tipo, na ETE em Paulista-PE, de Setembro a novembro de 2023.

Você já sofreu algum tipo de violência?

62 respostas



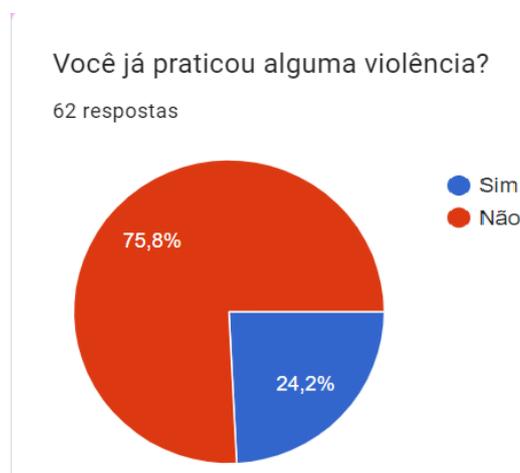
Apesar do alto nível de conhecimento sobre a lei, há uma lacuna significativa entre o conhecimento teórico e a percepção de sua eficácia na prática. As mulheres, negros e LGBTQIA+ se percebem como os grupos mais vulneráveis à violência, corroborando com dados nacionais. A discrepância entre o número de estudantes que relatam ter sofrido violência e aqueles que afirmam nunca ter sofrido pode indicar subnotificação ou dificuldades em reconhecer e nomear determinadas formas de violência.

A percepção de ineficácia da lei pode estar relacionada a diversos fatores, como a lentidão da justiça, a falta de recursos para as vítimas, a impunidade e a cultura de violência. Por isso, apesar da baixa eficácia, é fundamental investir em campanhas de conscientização sobre os direitos das mulheres e os mecanismos de proteção existentes, além de programas de educação para a paz, além de garantir que os profissionais da educação estejam preparados para identificar e lidar com situações de violência.

A análise dos dados revela uma complexa interação entre fatores sociais, psicológicos e culturais que contribuem para a ocorrência de violência na escola. Essa perspectiva interdisciplinar, alinhada com a proposta de Zabala (1998, 2002), permite compreender que a violência não é um fenômeno isolado, mas sim resultado de múltiplas determinações sociais.

A Lei 13.431/2017 representou um avanço significativo na proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência, ao instituir o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e regulamentar a forma como esses indivíduos devem ser ouvidos, e dentre as principais novidades, destacam-se a escuta especializada e o depoimento especial. O questionário da entrevista traz uma questão sobre o conhecimento desta lei, e o resultado mostrou que ~50% dos estudantes não sabem como devem ser assistidos ou o local adequado no caso de situação de violência. E na figura 6 identificou-se que o percentual de estudantes que praticou alguma violência na escola foi de 24,2% dos 62 entrevistados.

Figura 6. Percentual de estudantes que praticaram alguma violência na escola , na ETE em Paulista-PE, de Setembro a Novembro de 2023.



A última questão proposta deste estudo foi “quais ações a escola poderia tomar se caso ocorra uma situação de violência contra mulher na escola?”. Na percepção dos estudantes, a escola deve dialogar com os responsáveis, intervir acionando órgão como conselho tutelar e delegacia da mulher, promover rodas de debates e palestras para sensibilização. Ao integrar conhecimentos de diferentes áreas, os estudantes desenvolveram um olhar mais crítico e reflexivo sobre a realidade, atribuindo significado pessoal aos dados coletados. Essa abordagem, alinhada com a perspectiva de Zabala (2002), demonstra a importância da transversalidade e da interdisciplinaridade no processo de ensino-aprendizagem.

A transversalidade foi um elemento fundamental na condução da pesquisa. Ao abordar a temática sob diferentes perspectivas disciplinares, os estudantes puderam perceber como essa problemática se manifesta em diversos âmbitos da vida social, o que permitiu o desenvolvimento de uma consciência crítica e cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa demonstra a importância de adotar uma abordagem interdisciplinar para o estudo da violência contra a mulher no ambiente e identifica os principais fatores de risco, a fim de propor ações de prevenção e combate a esse problema. Os resultados obtidos apontam para a necessidade de fortalecer as ações de educação para a igualdade de gênero, de promover um clima escolar mais seguro e acolhedor, garantindo o acesso das vítimas a serviços de apoio e proteção.

Além disso, ao cruzar dados de diversas áreas do conhecimento, a pesquisa revela a complexidade do fenômeno da violência contra a mulher no ambiente escolar e contribui para a compreensão das raízes sociais da violência, evidenciando as desigualdades de gênero, raça e classe. Essa abordagem interdisciplinar, inspirada em Zabala, demonstra como o conhecimento se constrói a partir da interação entre diferentes disciplinas, proporcionando uma visão mais completa e abrangente do problema.

REFERÊNCIAS

ZABALA, A. A prática educativa: Como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZABALA, Antoni. Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar. Artimed editora, Porto Alegre, 2002.

LÜCK, H. Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

PERNAMBUCO, Governo do Estado de. Secretaria de Educação e Esportes. Currículo de Pernambuco Ensino Médio. 2020.

MORIN, Edgar. Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. Senado Federal. Pesquisa Nacional de Violência contra as Mulheres a , de 2024.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória. “Gênero e carreiras universitárias em 50 anos na Universidade Federal da Paraíba”. In: RAMALHO, Betania Leite; BELTRÁN LLAVADOR, José; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; DINIZ, Adriana Valéria Santos. (Orgs.). Reformas Educativas, Educação Superior e Globalização em Brasil, Portugal e Espanha. Alzira, ES: Editorial Germania, , p. 237-269. 2011.